



**BELEM TEM QU
NO NÚMERO DE R**

**VIDA DE
CIRCO**

**DE CORPO
E ALMA**

CLIPPING



17 de
AGOSTO
2021

PAZ EM CASA

Justiça busca agilizar processos

EDUARDO ROCHA
DA REDAÇÃO

A 18ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, a cargo do Conselho Nacional e Justiça (CNJ) em parceria com tribunais estaduais e o Distrito Federal, começou ontem no Pará, para agilizar a tramitação de processos de violência doméstica e familiar contra a mulher e, ainda, fomentar ações de formação junto ao público sobre a prevenção a essa prática. Um momento emblemático da abertura da Semana seu na Escola Cristo Redentor, no bairro da Cabanagem, em Belém, com a palestra “De menina a mulher, tortura que ela não atura”.

Organizada pela Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid) do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), a palestra serviu para apresentar à comunidade escolar a Lei Maria da Penha, o conceito de violência de gênero e seus tipos e também encorajar a denúncia e promover mecanismo de prevenção. A juíza auxiliar da Cevid, Reijane de Oliveira, acompanhou a ação e destacou a importância de alcançar o público mais jovem. “Onde mais ocorre essa violência é em casa. É preciso que os adolescentes e as adolescentes conheçam essa problemática, tomem

consciência e saibam o que fazer. Promovemos orientação para que, no momento em que está ocorrendo essa violência, as pessoas saibam como pedir ajuda”, explicou.

A pedagoga Riane Freitas, da Cevid, também abordou a importância de levar as discussões para a comunidade. “Quando a gente desenvolve o projeto na escola, percebemos a redução da violência, porque, quando a escola abraça o projeto, os alunos e toda a comunidade passam a refletir sobre esse assunto, passam a enfrentar essa forma de violência”, observou.

Já a costureira Maria José da Silva Lavareda disse que essa formação acerca dos direitos da mulher é fundamental, tanto que ficou de levar o filho dela para assistir a uma palestra programada. “Quando ele for se juntar com a companhia dele daqui a algum tempo, não que ele pense que seja um ser inferior, mas como alguém que vai contribuir com uma sociedade melhor”, afirmou Maria José. A palestra do Cevid ocorreu, ainda, em parceria com o TerPaz (Territórios da Paz), do Governo Estadual, e o grupo de teatro Palha, que promove oficinas de capacitação e geração de renda para mulheres da comunidade escolar.

SEMANA

A programação da Semana se estenderá até o dia 20 deste mês. O CNJ informa que o programa Justiça pela Paz em Casa concentra esforços para agilizar o andamento de processos relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher. Em especial, a emissão de sentenças e decisões.

Como repassa a conselheira Tânia Reckziegel, presidente da Comissão Permanente de Políticas de Prevenção às Vítimas de Violências, Testemunhas e de Vulneráveis do CNJ, “no período, magistrados e magistradas dos tribunais de Justiça de todo o país deverão priorizar o andamento dos processos judiciais de violência doméstica, em especial, a emissão de sentenças, despachos e decisões”. Na última edição da Semana Justiça pela Paz em Casa, em março deste ano, foram realizadas 6.027 audiências e emitidas mais de 6 mil medidas protetivas, além de proferidas 11.195 sentenças nas 27 unidades federativas, envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher.

Iniciado em março de 2015, o Justiça pela Paz em Casa conta com três edições de esforços concentrados por ano.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

RD REPÓRTER
DIÁRIO

ABRANGÊNCIA

O Ministério Público do Estado continua com o processo de reestruturação interna, adequando-se aos novos tempos. Com as mudanças, o atual CAO Direitos Humanos terá ação bem mais ampla, com foco na diversidade étnico-racial, desigualdade de gêneros, proteção a grupos vulneráveis como a população LGBTQUIA+ e vulnerabilidade de pessoas em situação de rua ou em condições análogas à escravidão, idosos e comunidades tradicionais. Outra inovação é a criação do Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial.

LINHA DIRETA

Belém tem a primeira unidade do Brasil da Defensoria Pública da União que promove ajuizamento de demandas de Auxílio Emergencial - já foram realizados mais de 9,3 mil procedimentos no Pará, a maior demanda da DPU no Norte do país. É possível ter orientações pelos números 98405-2233/98568-3355/98568-3310.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



MAURO BONNA

Baixe gratuitamente,
o aplicativo do Mauro Bonna

Política

A desembargadora Luzia Nadja, presidente do TRE-PA, lançou, ontem, a Escola de Formação Política. Via YouTube. O publicitário Glauco Lima falou sobre “Marketing Político, Partidos Políticos e Marketing Digital”.

ESTAÇÃO

Nova decisão judicial promove o despejo do restaurante Soprano, do mix da Estação.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

RC REPÓRTER
CARAJÁS

DOM ELISEU JUSTIÇA DETERMINA CANCELAMENTO DA VAQUEIRAMA

Tribunal de Justiça acatou neste final de semana o recurso de Agravo de Instrumento interposto pelo Ministério Público do Estado e deferiu o pedido liminar determinando que o município de Dom Eliseu se abstenha em realizar, autorizar ou concorrer para a realização do evento denominado “6ª Vaqueirama”, bem como quaisquer outros eventos com grande público até a liberação por parte das autoridades sanitárias estaduais. Em caso de descumprimento foi estipulada a aplicação de multa diária no valor de R\$10 mil, até o limite de R\$ 100 mil.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MPPA ingressa com pedido para retirada imediata de outdoors por propaganda fora de época**Mensagens de promoção pessoal são do deputado federal Priante. Medida foi requerida pelo promotor de justiça Tulio Novaes.**

O Ministério Público do Estado (MPPA), promotoria de Justiça da Eleitoral de Santarém, no oeste paraense, ingressou na sexta-feira (13) com pedido ao Juízo da 20ª Zona Eleitoral, requerendo o exercício do poder de polícia da Justiça Eleitoral, por conduta irregular de propaganda fora de época e em outdoor, praticada por José Benito Priante Júnior.

No documento foi requerido que seja determinada a retirada imediata de todas as placas espalhadas em locais estratégicos da cidade, e que servem como propaganda pessoal do político que ocupa o cargo de deputado federal. A medida foi requerida pelo promotor de justiça Tulio Novaes.

As placas estão em locais estratégicos nas principais ruas da cidade, segundo o pedido, "o reclamado realizou propaganda eleitoral irregular extemporânea, em no mínimo 12 outdoors fixados com exibição de mensagens que denotam promoção pessoal para auferir ganhos políticos e eleitorais, antes do período permitido por lei".

Todos os outdoors trazem as seguintes frases logo após o nome de uma obra realizada no município: “recursos garantidos / obra concluída” e “deputado federal / Priante / O federal que faz / sempre com Santarém”.

Os outdoors foram colocados em lugares estratégicos da cidade, onde o fluxo de pessoas é maior e, conseqüentemente, os olhares.

“A busca por uma visibilidade ostensiva indica que o Reclamado, com a iniciativa, pretende ser notado, visto intensamente pelo maior número possível de transeuntes, sendo esta atitude a motivação da escolha dos lugares onde aparecem a imagem do futuro candidato bem como da verossimilhança com a hipótese de iniciativa propagandística eleitoreira”, destacou a promotoria.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ainda de acordo com a promotoria, os autos devem ser enviados ao TRE, para que o MPPA com atuação no Tribunal avalie a propositura da representação que implique em imposição de multa.

O MPPA ressalta que Priante é notoriamente político tradicional e conhecido no município e no Estado do Pará, sendo contínua e insistente sua participação nos pleitos e em cargos políticos ou eletivos, na região.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Duas pessoas são presas em Alenquer durante investigação contra o tráfico de drogas

Equipes estavam monitorando dupla há quase uma semana. Foram apreendidas porções de maconha e de oxi.

Uma investigação contra o tráfico de drogas resultou na prisão de duas pessoas em Alenquer, no oeste do Pará. As prisões aconteceram no domingo (15). A polícia conseguiu apreender porções de maconha do tipo "skunk" e pedras de Oxi.

De acordo com a Polícia Civil, foram repassadas informações sobre um carregamento de entorpecentes que chegaria ao município pela rota Oriximiná-Alenquer. Equipes passaram a monitorar algumas pessoas.

A droga teria chegado na madrugada de sábado (14) para ser distribuída durante uma festa. No domingo, foram apreendidos com o primeiro traficante os papелotes de maconha e oxi, que pesaram, juntos, 1,068 kg.

PARÁ

Justiça quer agilizar processos de violências contra mulher

Essa e ação formativa integram Semana da Justiça pela Paz em Casa



O Liberal

16.08.21 20h54



A 18ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, a cargo do Conselho Nacional e Justiça (CNJ) em parceria com tribunais estaduais e o Distrito Federal, começou nesta segunda-feira (16) no Pará, para agilizar a tramitação de processos de violência doméstica e familiar contra a mulher e, ainda, fomentar, ações de formação junto ao público sobre a prevenção a essa prática. Um momento emblemático da abertura da Semana se deu na Escola Cristo Redentor, no bairro da Cabanagem, em Belém, com a palestra “De menina a mulher, tortura que ela não atura”.

Organizada pela Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid) do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), a

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

palestra serviu para apresentar à comunidade escolar a Lei Maria da Penha, o conceito de violência de gênero e seus tipos e também encorajar a denúncia e promover mecanismo de prevenção. A juíza auxiliar da Cevid, Reijane de Oliveira, acompanhou a ação e destacou a importância de alcançar o público mais jovem. “Onde mais ocorre essa violência é em casa. É preciso que os adolescentes e as adolescentes conheçam essa problemática, tomem consciência e saibam o que fazer. Promovemos orientação para que, no momento em que está ocorrendo essa violência, as pessoas saibam como pedir ajuda”, explicou.

A pedagoga Riane Freitas, da Cevid, também abordou a importância de levar as discussões para a comunidade. “Quando a gente desenvolve o projeto na escola, percebemos a redução da violência, porque, quando a escola abraça o projeto, os alunos e toda a comunidade passam a refletir sobre esse assunto, passam a enfrentar essa forma de violência”, observou.

Já a costureira Maria José da Silva Lavareda disse que essa formação acerca dos direitos da mulher é fundamental, tanto que ficou de levar o filho dela para assistir a uma palestra programada. “Quando ele for se juntar com a companheira dele daqui a algum tempo, não que ele pense que seja um ser inferior, mas como alguém que vai contribuir com uma sociedade melhor”, afirmou Maria José. A palestra do Cevid ocorreu, ainda, em parceria com o TerPaz (Territórios da Paz), do Governo Estadual, e o grupo de teatro Palha, que promove oficinas de capacitação e geração de renda para mulheres da comunidade escolar.

Semana

A programação da Semana se estenderá até o dia 20 deste mês. O CNJ informa que o programa Justiça pela Paz em Casa concentra esforços para agilizar o andamento de processos relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher. Em especial, a emissão de sentenças e decisões.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Como repassa a conselheira Tânia Reckziegel, presidente da Comissão Permanente de Políticas de Prevenção às Vítimas de Violências, Testemunhas e de Vulneráveis do CNJ, "no período, magistrados e magistradas dos tribunais de Justiça de todo o país deverão priorizar o andamento dos processos judiciais de violência doméstica, em especial, a emissão de sentenças, despachos e decisões". Na última edição da Semana Justiça pela Paz em Casa, em março deste ano, foram realizadas 6.027 audiências e emitidas mais de 6 mil medidas protetivas, além de proferidas 11.195 sentenças nas 27 unidades federativas, envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher.

Iniciado em março de 2015, o Justiça pela Paz em Casa conta com três edições de esforços concentrados por ano. As semanas ocorrem em março – marcando o dia das mulheres -, em agosto – para celebrar o aniversário de sanção da Lei Maria da Penha - e em novembro, mês em que a ONU estabeleceu o dia 25 como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher. (Com informações da Agência Brasil).

Confira a programação da Semana em:

<https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/imprensa/noticias/Informes/1230119-semana-da-justica-pela-paz-em-casa-comeca-nesta-segunda-16.xhtml>

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br